

## Classes, lutas sociais e políticas públicas: Inflexões à classe trabalhadora brasileira



<https://doi.org/10.56238/sevened2023.006-080>

### Adriana Brito da Silva

Assistente Social. Especialista em Direitos Humanos. Mestra e Doutoranda em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC SP. Professora do curso de Serviço Social na Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, campus Francisco Beltrão/PR.

E-mail: [Adri\\_britisilva@yahoo.com.br](mailto:Adri_britisilva@yahoo.com.br)

### Andreia Agda Silva Honorato

Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. Assistente Social. Professora Adjunta do Curso de Serviço Social na Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, campus Francisco Beltrão/PR. Pesquisadora integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre os Fundamentos do Serviço Social – GEPEFSS e Pesquisadora do NEAM - Núcleo de Estudos e Pesquisas em Aprofundamentos Marxista.

E-mail: [andreia.honorato@unioeste.br](mailto:andreia.honorato@unioeste.br)

### Jodeyson Islony de Lima Sobrinho

Assistente Social com graduação em Serviço Social pela Faculdade Ademar Rosado (FAR), Mestre e Doutor em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Professor Adjunto e na função de coordenador do curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) – campus de Francisco Beltrão, membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre os Fundamentos do Serviço Social (GEPEFSS) UNIOESTE/FB.

E-mail: [isllony@hotmail.com](mailto:isllony@hotmail.com)

### Thiago Aparecido Aranha dos Santos

Assistente Social. Bacharel Serviço Social pela Universidade Guarulhos. Especialista em Saúde Pública e Saúde da Família, Mestre e doutorando em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

- PUC SP. Professor na Pós-Graduação em Trabalho Social com Famílias na Faculdade Paulista de Serviço Social - FAPSS. Professor do curso de Serviço Social na Universidade Federal Educacional - UniFecaF. Pesquisador do NEAM - Núcleo de Estudos e Pesquisas em Aprofundamentos Marxista.

E-mail: [thiagoraranhas@gmail.com](mailto:thiagoraranhas@gmail.com)

### RESUMO

O presente artigo propõe um debate acerca de classes sociais, lutas sociais e políticas públicas a partir do contexto societário que demarca o Brasil no período pós golpe de 2016, sobretudo, de 2018 a 2022 quando é provocado o acirramento da desigualdade social, o desmonte de políticas públicas, principalmente a desmobilização da organização política da classe trabalhadora, tendo-se em contrapartida aos direitos, profundas marcas de um neofascismo e da naturalização da barbárie, impactando na realidade social e no modo de vida da população. Tem-se como objetivo, provocar debate e reflexão sobre as artimanhas e manobras políticas que intensificam a desigualdade e injustiça social no país, concomitantemente, nas estratégias de desmobilização da classe trabalhadora, entretanto, apontar alguns disparadores para novos caminhos para o período que adentra em 2023 da chamada reconstrução. Trata-se de um estudo bibliográfico, exploratório e qualitativo, cujas análises se fundamentam na perspectiva teórico social crítica e tendo como resultados, algumas pistas atinentes a participação social como possibilidade de controle social e resistência frente a um desmonte engendrado na história do país.

**Palavras-chave:** Conjunturas históricas, Golpe 2016, Eleições Presidenciais, Políticas Públicas, Participação Social.

## 1 INTRODUÇÃO

Apesar de ser histórico o processo de luta por sobrevivência da classe trabalhadora, é também tangente, sobretudo, no tempo presente, os dilemas sofridos e enfrentados, inicialmente pelo pressuposto de que quem produz, mas não detém os meios de produção, logo, vivenciam toda forma



de exploração e de opressão promovidas e provocadas pela burguesia, ou seja, pelos detentores dos meios de produção.

“O processo de acumulação assenta-se sobre a exploração do trabalho pelo capital: contradição entre proprietários dos meios de produção em escala mundial e força de trabalho viva organizados e definidos em nível nacional (SOUZA, 2014)”.

Atinente ao processo de colonização do Brasil, quando diante do falso descobrimento do país, os povos originários que aqui já estavam, tiveram o controle dos meios de produção e sobrevivência usurpados, e não “só” isso, foram submetidos desde o tempo de Cabral, a um processo doloroso de aculturação e, desde lá, a constituição do povo brasileiro vem sendo submetida a toda forma de crueldade, exclusão, expropriação de sua força de trabalho e meios de sobrevivência, um processo instituído enquanto projeto de destruição que se perpetua e se materializa até os dias de hoje. Podemos verificar com os cenários e as conjunturas consecutivas, as inúmeras expressões da questão social que se subscrevem na vida cotidiana.

Um legado se perpetua, não em grau estável, mas intensificado pela desigualdade social, logo, pelas injustiças sociais. Frente a este legado, remetendo-nos as estratégias dos colonizadores portugueses que primeiro tentaram seduzir indígenas pela via da sedução de objetos (coisas) até então desconhecidas, posteriormente, identificaram resistências dos caciques e pajés frente ao plano de dominação, descrevendo-os como almas duras e vendo nas mulheres, principalmente nas crianças, maior facilidade de ascensão, considerando e denominando-os como almas menos duras. O que isso significou e qual estratégia engendra essa história?

O plano foi pela via do campo da imposição das ideias, na formulação de um novo pensamento que fragilizasse a resistência que expressava os povos originários, introduzindo a catequização para as crianças, e em outra vertente, por formas diversas de sedução das mulheres, a exemplo do explorador e colonizador português, João Ramalho, que assumiu o cargo de capitão-mor da Vila de São Paulo de Piratininga e que, não conseguindo cooptar o índio Tibiriça, casou-se com sua filha, a índia Bartira, conseguindo assim, concretude em seus planos de dominação do território, isto é, São Paulo e Região do ABC Paulista, terra avistada acima da serra do mar onde estava com uma tropa na atual Vila de Cubatão.

Contudo, desde os primórdios até a contemporaneidade, como disse Marx, “a história se repete, a primeira como tragédia e a segunda como farsa” Marx, (1852). Portanto, é preciso que estejamos atentas e atentos, pois a canção na voz de Cazuza, também nos alerta quando diz [...] “eu vejo o futuro repetir o passado, eu vejo um museu de grandes novidades, o tempo não para, não para não” Araújo Neto & Brandão (1988).

Nesta direção, o presente artigo propõe reflexões atinentes a conjuntura entre 2016 a 2022, anunciada no binômio tragédia-farsa.



## 2 O SISTEMA E SEUS SUJEITOS: AS DISPUTAS ELEITORAIS NO BRASIL E OS DISPARADORES DO PROJETO DE GOLPE DE 2016

“Não me convidaram,  
Pra essa festa pobre  
Que os homens armaram pra me convencer  
A pagar sem ver  
Toda essa droga  
Que já vem malhada  
Antes de eu nascer”  
(CAZUZA, 1988)

Foi de lá que, em nome de “Deus, da Pátria e da Família”, lema histórico reproduzido pelo movimento integralista liderado por Plínio Salgado, cujo pensamento político foi influenciado pelo fascismo italiano, que poderosos representantes das classes dominantes no Brasil, no ano de 2016, executaram um plano de dominação do poder movendo um processo de impeachment da ex-presidenta da república Dilma Vana Rousseff (Partido dos Trabalhadores – PT, 2011 a 2014 e segundo mandato iniciado em 2015, impedido em agosto de 2016).

Trata-se de um golpe arquitetado e já anunciado desde o tenso processo eleitoral de 2014, quando a presidenta Dilma buscava reeleição e disputou com o candidato Aécio Neves (PSDB), naquele cenário, já houve uma disputa acirrada por vertentes ideológicas antagônicas, o resultado foi 51,64% para Dilma, contra 48,36% para Aécio, uma diferença de 3,28%, equivalente a 3.459,963 votos. Um destaque que vale pontuar são votos nulos e abstenções, os quais equivaleram a 4,63% e 21,10%, respectivamente.

Para melhor entender a história subsequente, vale rememorar os ataques e as violências em que a candidata sofreu ao longo da disputa, sobretudo, ataques que evidenciaram a discriminação de gênero e ali, parte significativa da população começou a se sentir confortável (representada) em reproduzir discursos sexistas, machistas e produziram materiais que violavam sua honra e a associava a um lugar em que o patriarcado persiste em designar para as mulheres, ou seja, subjugaram sua inteligência e capacidade em presidir um país, afirmando que as mulheres só saberiam dirigir fogão e pia.

Foi um processo em que a narrativa esteve pautada na persistente desigualdade e discriminação de gênero. Imagens da candidata com as nádegas expostas eram estampadas nos automóveis e caminhões com adesivos nas tampas de abastecimento de combustível com a ilustração da mangueira da bomba, demarcando o que “ela merecia”. Houve indignação e protesto por parte de movimentos feministas e de mulheres que se sentiram violentadas, a partir de sua condição de gênero, entretanto, para muitas outras mulheres foi um acontecimento naturalizado e, entre os homens, o que se viu fora as ofensas de baixo calão.

Não bastante, com a vitória da presidenta Dilma Rousseff, as ameaças não cessaram e o candidato derrotado, declarou que ela não terminaria seu mandato e enquanto ela estivesse no poder,



não teria apoio do congresso. O golpe já estava em curso e com apenas 1 ano e 3 meses em exercício, a comissão especial aprovou a abertura do processo de impeachment contra Dilma.

Em 17 de abril de 2016 foi possível ver em rede nacional a barbárie anunciada nas vozes de 367 de 511 parlamentares que representavam o país, defender a instauração de processo de impeachment acusando-a de crime de responsabilidade fiscal, alegando que em nome de Deus, da família, de seus filhos e netos gritavam/votavam sim. Naquela noite, ao declarar seu voto, o então deputado federal Jair Messias Bolsonaro, na ocasião filiado ao Partido Socialista Cristão (PCS-RJ), para atacar a presidenta, fez uma homenagem ao torturador do período da ditadura militar (1964-1985), o Coronel Brilhante Ustra, ou seja, fez sua apologia à tortura, ao fascismo e a tudo que fere a democracia brasileira. Surge ali, na figura de um deputado insignificante na história, considerado do baixo clero da câmara dos deputados, alguém que se tornaria uma nova imagem projetada para as eleições presidenciais futuras.

Em 31 de agosto de 2016, no Senado, por 61 votos a 20, senadores aprovaram a perda de mandato da presidenta Dilma Rousseff, confirmando naquele momento um golpe parlamentar-administrativo-midiático, assumindo como presidente interino, seu então vice Michel Temer (MDB) qual prometia maior abertura de negociações e postura mais liberal, cooptando o Centrão<sup>1</sup>, o que fortaleceu a conformação dos votos necessários ao golpe.

Dentre as negociações e as atrocidades cometidas no governo Temer (2016-2018), se tem a Proposta de Emenda Constitucional 241 (PEC 241) conhecida como PEC do teto dos gastos públicos, mas que, na verdade, é a chamada PEC da morte que, ganha forma sob o argumento de evitar o crescimento da dívida pública, por meio da contenção das despesas públicas, ou seja, estabelecer um limite para os gastos do governo federal com as despesas públicas (diga-se, políticas públicas, sobretudo, as sociais) para os próximos 20 anos a partir de 2017, conseqüentemente, até o ano de 2027.

Qual o significado da PEC da morte para a classe trabalhadora? Drástico corte e “congelamento” de investimento para as áreas sociais, dentre elas, a Saúde e a Assistência Social, ou seja, na contramão de investir nas Políticas Públicas, optou-se por comprimir, reter e sucumbir direitos sociais fundamentais, resultando em sucateamento e destruição para as pessoas que delas necessitam, revelando, assim, a real intenção do golpe, priorizar os interesses do capital em detrimento do trabalho, aprofundando a programática neoliberal em curso no país desde 1990. Houve ampla manifestação por parte de movimentos sociais organizados, entretanto, seguiram com o projeto e consolidação da mesma, impactando na vida da população e ameaçando milhões de vidas. Durante o governo interino, consecutivas manifestações aconteceram no país com o “Fora Temer”, entretanto, foi mantido até dezembro de 2018 quando uma nova figura apoiada pelo presidente Temer, pelo Centrão e por políticos

---

<sup>1</sup> Termo utilizado desde o período da redemocratização para designar uma parcela do Congresso que não tem ideologia política definida, pautam-se em interesses próprios e costuma transitar entre os governos, seja de direita ou de esquerda, oferecendo seu apoio em troca de cargos.



da direita foi lançada, sendo este, aquele que enalteceu um torturador, aquele que já estava na vida pública há 27 anos (Deputado Federal pelo Rio de Janeiro de 1991 a 2018) sem ter realizado qualquer ação ou projeto que favorecesse sequer seu eleitorado, Jair Messias Bolsonaro, candidato a presidente do Brasil no ano de 2018, pelo Partido Social Liberal (PSL).

Ainda nesse contexto, tem-se a criação da Operação Lava Jato em março de 2014, a qual não abordaremos os objetivos de sua criação, mas os meios e fins de seus métodos, tendo em vista que seu legado se constituiu como nefasto. Alves, (2021), analisa que:

“Os métodos da Lava Jato desembocaram na criminalização dos partidos e de lideranças políticas, que teve como maior expressão a campanha inédita de *lawfare* contra um líder político brasileiro – o ex-presidente Lula, condenado e preso sem provas por 580 dias. O encarceramento “preventivo” de executivos de empresas privadas e públicas, as delações forçadas, as conduções coercitivas ilegais, as prisões filmadas, os vazamentos seletivos para a Rede Globo, a falsificação de documentos e a espionagem de advogados de defesa dos acusados foram alguns dos mecanismos criminosos utilizados pela operação”.

E acrescenta,

“A Lava Jato também legou um enorme passivo na economia do país. Sob o pretexto do combate à corrupção, provocou a implosão de setores inteiros da economia nacional, afetando a indústria da construção civil e de infraestrutura pesada, a indústria naval, o setor químico e a cadeia produtiva de petróleo e gás (ALVES, 2021)”.

De fato, em concordância com o colunista da Revista Brasil de Fato, Milton Alves, falar da Lava Jato é indicar o ex-juiz Sérgio Moro e sua imparcialidade como autor/ato protagonista deste processo arbitrário, pois esteve no comando da mesma, instruiu e julgou com objetivos previamente traçados de condenar Lula e excluí-lo do processo eleitoral presidencial de 2018, tratando o líder como inimigo pessoal e político.

Nesse movimento, tem-se um rol significativo de ilegalidades cometidas e protagonizadas por ele e pelos procuradores para cercear a defesa, forjar as provas e de fato manipular a opinião pública contra seu alvo, tendo a mídia a seu favor, gerando um amplo apoio de milhões de brasileiros/as e resultando na vitória eleitoral do profascista e genocida, como bem apontado pelo colunista, a partir de declarações da presidenta nacional do Partido dos Trabalhadores (PT), Gleisi Hoffmann, à figura de Bolsonaro ao comando do governo brasileiro.

No jogo de poderes, em 7 de novembro de 2019, o plenário do Superior Tribunal Federal (STF), por decisão do juiz Danilo Pereira Júnior, titular da 12ª Vara Federal de Curitiba, derrubou as prisões após a segunda instância, determinando a soltura de Lula que deixou a carceragem da Polícia Federal, onde esteve preso desde abril de 2018.

A questão em debate remete-se aos nítidos interesses individuais e políticos do ex-juiz Sergio Moro, qual, com a posse de Bolsonaro, assumiu o cargo de Ministro da Justiça no então governo, o



que durou pouco, pois as vaidades, ambições e interesses individuais, levou ambos ao patamar de adversários e o ex-juiz deixa o ministério após 15 meses de tê-lo assumido.

Este cenário arquitetado, criou tensão nacional, dividiu opinião pública, cooptou novo eleitorado para a extrema direita, atuando na desmoralização do PT, assim como, intensos equívocos teóricos acerca da compreensão do comunismo e do socialismo, abrindo espaços para que parte da população, até então, muitas vezes, apática politicamente, a se posicionar em apoio a um pensamento que nega a diversidade humana e a reivindicar a ditadura militar. O processo de anistia no Brasil, não puniu os crimes do período da ditadura militar. Neste sentido, a população influenciada pela ideologia conservadora, isto é, forma de pensar que assume a tendência em mistificar as relações políticas através do moralismo, que se manifesta por meio de preconceitos, discriminações, violações e atos fascistas em apoio ao extermínio da população LGBTQIAPN+, dos povos originários, das mulheres, da população negra, dentre outros que compõem as chamadas minorias, bem como, a desqualificação de professores/as e cientistas. Assim, as contradições que envolvem a economia e a política na sociedade brasileira, através do lema: Deus, Pátria e Família, são transformados em moralismo, reproduzindo os desvalores alienados e alienantes, que favorecem as manifestações de destruição daqueles e daquelas que não correspondem aos valores tradicionais.

O processo eleitoral presidencial de 2018 teve como principais candidatos e conduzidos ao 2º turno, o candidato que venceu a eleição, Jair Bolsonaro, contra Fernando Haddad (PT). Destacamos inicialmente, que durante alguns meses que antecedeu o processo, a ideia implantada era de que o PT estava findado, fadado ao descrédito nacional, acusado de ter promovido o maior escândalo de corrupção, concomitantemente, Lula preso e fora da disputa em decorrência da ficha limpa que impede candidaturas de quem já foi condenado em duas instâncias da justiça, neste caso, o ex-presidente condenado indevidamente por crime de corrupção passiva e lavagem de dinheiro, na verdade, por meio de slides da convicção, sem provas.

Com Lula fora da disputa, a executiva nacional do PT aprova a indicação de Fernando Haddad como candidato a presidente e Manuela D'Avila (PCdoB de RS) como vice na chapa "O povo feliz de novo", cuja coligação esteve entre PT, PCdoB e PROS. A candidatura foi oficializada em 11 de setembro do corrente ano, através de uma carta escrita por Lula e lida pelo advogado e um dos fundadores do partido dos trabalhadores, Luiz Eduardo Greenhalgh, em frente à sede da Polícia Federal em Curitiba/Paraná, a apenas 26 dias da eleição que aconteceu em 7 de outubro de 2018.

Os discursos aqui analisados não se resumem a fatos isolados, mas análises de conjunturas que nos dedicamos a fazer com os cuidados devidos em distinguir fatos de acontecimentos, ou seja, ocorrências cujas dimensões e seus efeitos afetam o destino e a vida de milhões de pessoas, da sociedade em seu conjunto.



O modelo de campanha do agora ex-presidente Bolsonaro, foi baseado no modelo eleitoreiro de marketing pautado em fake news, uso da tecnologia e das redes sociais para disseminar falsas informações, seguindo a linha de Donald Trump, então presidente dos Estados Unidos, e perpetrada pelo ideólogo da ultradireita norteamericana, Steve Bannon do The Movement, figura chave de uma plataforma de partidos políticos.

A ideia central é pautada em cooptar seguidores que não só as acatam, mas que se apropriam delas para multiplicá-las, mantendo um eleitorado engajado e semeando o terreno para ações de desestabilização das instituições democráticas, como apontada pela Revista Carta Capital, quando aponta 15 táticas em que Bolsonaro segue a risca o exemplo de Trump. Essas perpassam desde as fake news, a falsa ideia de fraude eleitoral, até não reconhecer a vitória do adversário e não repassar a faixa presidencial.

Os discursos proferidos na campanha eleitoral de 2018 não trouxe novidade no sentido de ataques violentos e mentirosos contra os concorrentes, pois essa prática demarca a nossa história e se intensifica desde a década de 2000, sobretudo, no ano de 2014, conforme já sinalizado. Então, o que trouxe de novo? Investimento do uso de redes sociais e fake News, as quais de forma acelerada atingem milhões de pessoas, denominadas seguidores.

A pauta da direita e da extrema direita se materializou no slogan da campanha de Bolsonaro, “Brasil acima de tudo, Deus acima de Todos” e com essa frase, foi inserindo seu debate contra os Direitos Humanos, a diversidade, o próprio direito à vida, em outras palavras, uma retórica de valores morais e religiosos em detrimento de valores humanos. Fake news foram inúmeras, dentre elas, o da falsa proposta de distribuição da cartilha gay nas escolas pelo candidato Fernando Haddad.

Apesar do moroso anúncio da candidatura do PT, faltando 26 dias para a eleição, foi possível a condução de Haddad para 2º turno. Em 7 de outubro, no 1º turno, Bolsonaro obteve 49.276.990 votos, (46,03%) contra 31.342.005 votos, (29,28%) para Haddad, entretanto, mesmo com um trabalho importante de movimentos populares diversos, os 21 dias entre 7 e 28 de outubro, não foram suficientes para efetivar a reviravolta e a vitória do petista.

Dentre os mecanismos perversos utilizados pelo campo adversário, a famosa “facada” que Bolsonaro diz ter sofrido na cidade de Juiz de Fora/MG teria lhe atingido em momento de campanha, o “atentado” que sequer deixou marcas de sangue angariou o aumento do seu eleitorado que, por sua vez, disseminou de forma inverídica que a facada teria sido arquitetada pelo PT.

Assim sendo, o cenário do 2º turno nos possibilita alguns indicadores para análise, apesar do resultado. Bolsonaro saiu vitorioso em 28 de outubro com 57.797.847 votos (55,13%), enquanto que Haddad obteve 47.040.906 votos (44,87%). Assim, podemos observar que o PT não estava fadado ao fim conforme discurso em tela, que o petista cresceu mais que seu adversário do primeiro ao segundo turno, 15,59% enquanto o outro, 9,1%, mesmo tendo apoio da máquina, da direita, da extrema direita,



do centrão, das redes sociais, da mídia, de empresários, das igrejas e da população conservadora. Buscaram evidenciar que na luta de classe, a direita brasileira teve ascensão, e a teve, mas não foi o quanto se esperam, mesmo com a esquerda ou tendências de esquerda ou centro-esquerda não articulada no contexto.

Outro ponto de análise aqui provocada, remonta ao silêncio dos oprimidos, pois a somatório daqueles que não efetivaram seus votos, totalizou 29,12% no 1º turno, distribuídos da seguinte maneira: nulos 7.206.205 votos (6,14%), brancos 3.106.936 (2,65%) e abstenções 29.941.265 (20,33%).

No 2º turno, 1,75% a mais de eleitores silenciaram sua escolha, o total aumentou para 30,87%, distribuídos da seguinte maneira: nulos, 8.608,105 votos (7,43%), brancos 2.486.593 (2,14%) e abstenções, 31.371.704 votos (21,30%).

Mesmo diante do entendimento de que esses números representem o descrédito com a política brasileira por parte de 42.466.402 pessoas, foi inegável de que referiu-se a uma importante disputa de classe, mesmo que em sua composição contava, de um lado, pautas ultraconservadoras e, de outro, tendência de diálogos (e até mesmo acordos) considerados inconciliáveis com detentores do capital, logo, flexibilização com o mercado. Neste sentido, não deixou nunca de significar que, de um lado, estava o neofascismo, travejado de ultraconservadorismo e ultraneoliberalismo e, do outro, as minorias e a classe trabalhadora, em suma, sujeitos antagônicos. O conjunto da obra levou o Brasil a experimentar os piores anos de ataques à democracia, depois da ditadura militar-empresarial, mediante a posse do desgoverno Bolsonaro, de 2018 a 2022. E, ao final, quem pagou o preço (“pato da FIEPI”)?

## 2.1 A CONJUNTURA BRASILEIRA NO (DES)GOVERNO BOLSONARO: DAS POLÍTICAS PÚBLICAS AO LUGAR DO NÃO SER SOCIAL

O Brasil e o povo brasileiro (as “minorias” sociais), sem desconsiderar os povos migrantes, vivenciaram duramente os últimos anos quando teve na liderança do cenário político nacional a figura do ex-presidente Jair Bolsonaro (PSL), pois houve impactos na vida cotidiana, na mínima possibilidade de sobrevivência da classe trabalhadora, sobretudo, das minorias deste país.

As condições de vida se agravaram, as ações políticas firmaram verdadeiros retrocessos nas conquistas de direitos anteriormente conquistados pela classe trabalhadora, políticas públicas foram saqueadas, sucateadas, destruídas, inúmeras violações de direitos sobressaíram na cena social. As múltiplas determinações políticas, econômicas, culturais incidiram no acirramento da desigualdade social, na ampliação desacerbada das velhas e novas expressões da questão social e, contudo, no aumento da violência de toda ordem.

Os discursos de ódio foram disseminados pelo então presidente, criando um tempo de verdadeiro obscurantismo da extrema direita, representada no Brasil pelo bolsonarismo, uma herança



difícil e perversa que se instalou, pois sua voz e suas atitudes abriram precedentes para que qualquer pessoa pudesse colocar o mau em ação, alcançou nosso meio social e gerou além do caos, o terror social, propagada pela permissível perda de qualquer pudor em defender o ódio e a barbárie.

A violência cresceu pela via da misoginia, sexismo, lgbtfobia, xenofobia, racismo e aporofobia, essa última, segundo Valle (2022) termo criado pela escritora e filósofa espanhola Adela Cortina para designar a aversão aos pobres e suas implicações na democracia. Pudemos ver as pessoas que se consideram parte constitutiva da chamada classe média reproduzir discursos da classe dominante, como se detivessem acesso à propriedade privada e aos meios de produção, daqueles que declaram afetos por entes gays, negros etc, a destilar o ódio por esses, principalmente, com medidas que permitiram e incentivaram o uso de armas. O crescimento de 1483 certificados para novos estabelecimentos de tiros entre os anos de 2019 e 2022, cujo presidente, já filiado ao Partido Liberal (PL) autorizou a abertura de um clube de tiro por dia em seu mandato. O que isso significou?

Significou o aumento da violência no país referendada no discurso do “mito”, fortaleceu entre seus seguidores que era preciso acabar com a esquerda do país mesmo que a prova de bala. Assim, criou o pânico, fragilizando a luta de classe, pois a tensão foi silenciando os defensores dos direitos humanos e da democracia, sendo que assassinatos marcaram as disputas em curso e as que estavam por vir.

Ainda no âmbito do crescimento das desigualdades no país, levantamento realizado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (REDE PENSSAN,) aponta que o Brasil voltou ao mapa da fome atingindo 33,1 milhões de pessoas, equivalente a 15,5% da população brasileira e outras milhões em estado de insegurança alimentar e desnutrição severa; o feminicídio bateu recorde enquanto o ex-governante cortava verba de combate à violência contra a mulher, seu discurso de ódio contra as mulheres se dava em público, mas não era nova sua história sexista; afetou violentamente as condições de sobrevivência dos povos originários, a violência no campo, de acordo com o relatório “Conflitos no Campo”, em 2021 houve aumento de 75% dos assassinatos no campo em relação ao ano anterior, e a maior parte das vítimas foram indígenas em decorrência de disputa territorial; além dos índices oficiais de violência contra a população LGBTQIA+ que cresceram ao longo da referida gestão.

As políticas públicas sofreram cortes, foram impactadas pela PEC 241 (PEC DA MORTE) que traz o congelamento de gastos públicos por 20 anos, mas também com o descaso planejado e consentido em destruí-las, a começar pela destruição de ministérios, secretarias, mecanismos de controle social cuja participação social era nodal para tensionar e reivindicar financiamento e gestão para a continuidade e avanços de políticas públicas, aliás, ao contrário disso, designou aos cargos de ministros figuras que atenderam aos pressupostos da destruição, mas essas análises ficarão para outro estudo.



No caminho, em 2019 uma pandemia se instala globalmente e chega ao Brasil em fevereiro de 2020, sendo esta, advindo do novo coronavírus, denominado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como Covid-19, exigindo naturalmente medidas rígidas de isolamento e distanciamento social, além de medidas protetivas de contatos com objetos e manuseios de alimentos, pois o vírus (ainda sem a existência de vacinação) chega ceifando milhares de vidas, ainda mais em um contexto em que os hospitais não detinham os adequados preparos para acolher a demanda.

Muitos fatos aconteceram ao longo da pandemia no Brasil e que impactaram a vida e as relações sociais, mas destacaremos algumas que demarcaram o significado de uma conjuntura plena de crises que não se resumiram na sanitária, mas foi também política, social, econômica, cultural e ética.

Enquanto as orientações da OMS e de cientistas eram a de preservar vidas, cumprindo medidas de isolamento e, mediante contaminação, aderir aos protocolos de saúde, o presidente em exercício negava a ciência, zombava do pânico das pessoas, propositalmente circulava entre pessoas e estimulava a aglomeração delas sem uso de máscara e outras medidas necessárias, quando questionado sobre o elevado número de mortes que só crescia no país, ele sorria e dizia que nem queria saber por que não era coveiro, imitou pessoas morrendo com falta de ar em hospitais, não comprou vacinas quando deveria, tentou e conseguiu superfaturar os valores das vacinas, num processo tardio de aquisição, criou conflitos com governadores dos estados, principalmente com o de São Paulo, João Dória (Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB), descreditando na força tarefa de cientistas que produziam em tempo recorde a vacina Coronavac, no Instituto Butantã.

O resultado de mortes por covid-19 no Brasil atingiu a marca de 703.719 vidas e não foi o suficiente para que o (des)governo tomasse atitudes que poderiam evitar a mesma. Enquanto acontecia tudo isso no país, o então presidente compactuou e liderou o maior desmatamento da história, favoreceu o agronegócio e potencializou a destruição da organização da agricultura familiar, marginalizou movimentos sociais, e sua admiração patológica pelo presidente norteamericano Trump, conseguiu ainda criar brigas, barreiras e desacordos com outros líderes mundiais. Este artigo não daria conta de tantos feitos que, por si sós, demonstrariam o que foi um governo que teve em seu cerne uma política genocida, como resultante do golpe de 2016. A culpa foi da pandemia? Não. E essa denúncia já está na história.

E nos idos de uma nova quadra eleitoral (eleições presidenciais de 2022), frente a esse desgoverno temo num campo amplo em defesa da democracia o retorno de Luís Inácio Lula da Silva (PT) na cena política, uma saída necessária na luta de classe em defesa de mínimos democráticos devastados pelo desgoverno Bolsonaro.



### 3 O RESSURGIMENTO DO PT: TENTARAM NOS MATAR, MAS ESQUECERAM DE QUE SOMOS SEMENTES

Após o ex-presidente Lula ser inocentado pelas acusações em decorrência de ausência de provas e parcialidade do ex-juiz Sergio Moro, passou a estar elegível para concorrer às eleições de 2022.

Articulações começaram a serem feitas, e Lula passa a dialogar com o ex-governador de São Paulo Geraldo Alckimin que era do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e hoje, filiado ao Partido Socialista Brasileiro (PSB), o que gerou desconforto e recusa por parte de militantes do PT, mas que se consolidou seu nome como vice-presidente na composição da chapa qual, posteriormente, foi denominada como União e Reconstrução.

A partir desta aliança, novos diálogos e articulações foram iniciados em todo o Brasil, políticos mudando de partidos, declinando de interesses por determinados cargos políticos e migrando para novas proposituras, reafirmando assim, a passos largos, uma ampla coligação que veio a se consolidar, inclusive, com diálogos protagonizados pelo candidato à vice na busca de aproximações com o mercado, enquanto que Lula dialogava com os movimentos sociais e as lideranças populares.

O que se iniciou com aproximações, muitas delas advindas de histórias antagônicas na vida pública, foi sendo consolidado um novo redesenho na cena política brasileira. O pior processo eleitoral do país estava preste a iniciar. Por que o pior? Que luta se cravava? Demarcou-se como uma luta de classe? O que foi preciso recuar, para que perdas piores não vencessem?

Neste momento, optamos por inverter a apresentação dos acontecimentos, dos discursos das disputas, pois o que estava em jogo, não era mais a perspectiva de filiação ou simpatia por determinado partido, mas por algo muito maior, assim, defendemos que foi sim uma luta de classe, cujos interesses da classe trabalhadora (tão usurpado no período pós-golpe de 2016, principalmente de 2018 a 2022) estavam em riscos muito maiores, requerendo no momento histórico, colocar em ação uma união justificada e explicada por Lula aos quatro cantos do país e nas mídias.

Lula explicou as articulações como necessárias para enfrentar o momento e as explicou a partir do pensamento de Paulo Freire que diz: “é preciso unir os divergentes, para melhor enfrentar os antagônicos”. Com essa fala, Lula afirma que iria unir os democratas de todas as origens e matizes, das mais variadas trajetórias políticas, de todas as classes sociais e de todos os credos religiosos para vencer o neofascismo ultraconservador e ultraneoliberal de Bolsonaro e socorrer o direito à vida, o que ficou nítido com a descoberta pública do que ocorrera com os povos originários.

A disputa foi densa e intensa no pleito de 2022, Bolsonaro detinha o poder da máquina, não mediu forças para atacar o adversário, Moro retorna à cena política como candidato a Senador da República pelo Estado do Paraná e em apoio ao presidente em curso, declarando no horário político do Paraná que o mesmo seria seu adversário, enquanto Lula, seu inimigo. Esteve presente no último



debate político promovido pela Rede Globo entre os dois candidatos do 2º turno a fim de desestabilizar Lula, mas só reforçou o quanto seu projeto (Operação Lava Jato) nunca foi pela justiça, mas por interesses individuais e políticos, assim, tornando-se eleito senador.

A eleição de 2022 contou com dois turnos, ampla mobilização da sociedade, disputas de projetos, luta de classes, mas uma marca registrada foi a violência que se materializa, dentre outros fatos, no assassinato do tesoureiro do PT de Foz do Iguaçu (Marcelo Arruda) em sua festa de aniversário, assim como, a deputada federal Carla Zambelli agredindo um homem negro, jornalista militante do PT nas ruas de um bairro nobre de São Paulo no dia da eleição, correndo atrás dele apontando arma de fogo. Foi um processo em que a resistência foi a arma da classe trabalhadora, e esta fez campanha, dialogou, se organizou, mas sempre com o medo pairado, pois as ameaças eram constantes.

Dia 2 de outubro, em primeiro turno, foram 118.229.719 votos válidos, equivalente a 95,59%, do total de votos neste pleito, onde Bolsonaro obteve 51.072.345 votos (43,20%) e Lula, 57.259.504 (48,43%), sendo ambos conduzidos ao segundo turno. Em terceiro lugar, Simone Tebet (MDB) com 4,16%, ultrapassando Ciro Gomes que obteve apenas 3,04% e os demais somados, um total de 1,17%. Aqui destacamos novamente como se deu o silêncio nas urnas através de votos nulos que foram 3.487.874 (2,82%); votos brancos 1.964.779 (1,59%); e as abstenções atingiram 32.770.982 (20,95%), ou seja, totalizou-se um silêncio de 38.223.635 pessoas (25,36%), o que daria a possibilidade de conclusão do pleito em 1º turno.

A partir deste resultado, novas articulações de apoio à chapa Lula-Alckmim foram costuradas, onde Tebet e Marina Silva declararam apoio e voto contra o desgoverno da morte, assumindo um protagonismo ímpar na campanha de segundo turno dessa chapa, enquanto que mais uma vez, Ciro Gomes manteve o silêncio (que diz muito). E assim seguiu um trabalho forte e de uma frente ampla em favor da democracia brasileira em apoio a Lula, onde o descaso e a negligência proposital do ex-presidente Bolsonaro na pandemia foi uma pauta fundamental nessa campanha e neste momento.

O segundo turno aconteceu em 30 de outubro, quando se confirmou a vitória da democracia brasileira, por meio da vitória de Lula com 60.345.999 (50,90%) contra 58.206.354 (49,10%) do adversário, apesar do dia tenso da eleição com bloqueios nas estradas do nordeste, tentando impedir eleitores de Lula a votar.

A partir do silêncio do derrotado, seguida do não reconhecimento dos resultados, protestos protagonizados pela extrema direita aconteceram com o amplo bloqueio nas principais rodovias do país e em frente aos quartéis, sendo financiados por empresários, principalmente da área do agronegócio.

A transição, com todas suas controvérsias, foi constituída de modo democrático nos partidos da coligação com o PT, intelectuais, movimentos sociais/populares diversos e outros setores da



sociedade civil, precisando criar emendas para legitimar medidas importantes de atenção às minorias, sobretudo, atinentes ao Programa Bolsa Família, pois já havia sido arquitetado um verdadeiro desmonte das políticas sociais e públicas para serem incapazes de atender demandas urgentes, sobretudo, da Saúde e da Assistência Social.

Assim sendo, em 2023 adentramos no país da união e da reconstrução, nem todos que apoiaram a vitória de Lula depositaram créditos na figura dele, mas compreenderam que era o único a derrotar a barbárie ultraconservadora e ultraneoliberal de extrema direita instalada no país. A maioria que votou e apoiou a vitória do PT esteve centrada nas pautas e se colocando como sujeitos que voltaram a dialogar, propor e tensionar quando necessário.

A posse de Lula foi emblemática, pela primeira vez na história do país um presidente eleito não recebe a faixa presencial pelo ex-presidenciável, que “fugiu” em 30 de dezembro para a Flórida, nos Estados Unidos. Contudo, contra todos os desejos extremistas conservadores, em 1º de janeiro de 2023, a democracia subiu a rampa do palácio do planalto, representada por sujeitos diversos e com demandas latentes, essas, tão ignoradas desde 2016 no pós-golpe, quanto intensificado a exclusão e a violação frente sua existência.

Sem ilusões, seguimos com o esperar de sujeitos que não serão coadjuvantes, mas que voltarão a lutar e a poder se posicionar em defesa de importantes bandeiras de luta, de modo intransigente pelos direitos humanos. Nós entendemos e precisamos estar atentos/as e fortes para a luta de classe permanente, pois para a vitória de Lula, requereu a continuidade de acordos que não favorecem a classe que vive do trabalho, ou seja, nos referimos ao significado e aos riscos da velha conciliação.

Temos muitos dilemas e desafios, apesar de visualizar os avanços importantes no balanço dos 6 primeiros meses de governo. Contudo, a questão que nos remete a indagar agora é: Qual o caminho das possibilidades?

Sem inocência, aqui estamos de volta, vencemos Bolsonaro, mas não o bolsonarismo (pensamento e ações neofascistas, ultraconservadoras, fundamentada no ódio à diversidade e em valores moralizantes), vencemos nas urnas, mas não significa que a governabilidade será pacificada, ao contrário, já se mostra com inúmeras tensões, portanto, a organização e a participação social serão fundamentais, afinal, quem há de negar que a disputa de 2022 não foi uma luta de classe?

Assim sendo, no campo das possibilidades entendemos a relevância da participação social, da retomada democrática dos mecanismos de controle social, das conferências, do fortalecimento dos movimentos sociais e da sociedade civil organizada na luta.

Conquanto, na luta de classes, não há empate, portanto, é na luta que a gente se encontra.



## 4 CONCLUSÃO

Que os negros não sejam a marca do trabalho insalubre ou pesado, mensurados como arroba. Que as mulheres não sejam reduzidas a corpos a serem consumidos e sob o domínio dos homens.

Que os povos originários não sejam prezas para o extermínio. Que as terras não permaneçam nas mãos de poucos, sendo cultivadas por trabalhadores em troca de migalhas.

Que pobres não se perpetuem como a “ralé”. Que jovens não tenham utilidade para uma formação servil ao tráfico e que idosos e pessoas com deficiências não se perpetuem como invisíveis e improdutivos.

Que a população LGBTQIAPN+ deixe de ser considerada anomalia e, portanto, mortos, vivendo sob o risco da lgbtqiapn+fobia.

Que o povo brasileiro, nativos e imigrantes possam ser livres [...].

Livres das desigualdades sociais e das suas injustiças. Livres do fetiche do capital, da exploração, expropriação e da opressão de classe, dessa ideologia burguesa que determina nosso modo de ser e de viver, nos condicionando a sobreviver com migalhas e tendo cooptado o pertencimento de classe, logo, capturando-nos nas fragilidades oriundas das necessidades ou da fábula do capitalismo, a reproduzir sua hegemonia, contrapondo-se aos direitos.

É tempo de resistência, de resgatar um trabalho de base e o protagonismo de velhos sujeitos políticos coletivos, construir novas lideranças da classe que vive do trabalho, lutando contra a alienação imposta.

O que as disputas eleitorais, portanto, nos mostram? Que a forma e o conteúdo são históricos, ou seja, que “a história se repete, a primeira como tragédia e a segunda como farsa” Marx, (1852).

Precisamos participar, propor, criticar, sugerir, mostrar nossa existência e cobrar a efetivação das pautas que defendemos e votamos em 30 de outubro de 2022. Quando vimos Lula na urna eletrônica, não o vimos sozinho, mas acompanhado de 60 milhões de brasileiros votantes e inúmeras pautas que nos movem a esperar, sem ilusões, mas ainda a esperar.

A via certamente não será por essa história política republicana democrática burguesa, apresentada neste trabalho, mas por aqueles que levantam cedo, sacodem a poeira e dão a volta por cima.

Acreditamos, defendemos e lutamos democraticamente por outra sociedade e sociabilidade, portanto, a transformação não é somente almejada, mas é possível a partir da trilha deixada por Marx (1948) quando nos alerta “Trabalhadores e Trabalhadoras de todo o mundo, uni-vos”.



## REFERÊNCIAS

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858. Esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.

FRIEDCH, Engels. Manifesto Comunista. 1ª reimpressão. São Paulo: Boitempo, 1988.

SOUZA, Hebert José de. Como se faz análise de conjuntura. 34 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

<https://www.tsj.br/eleicoes>

<https://www.cfn.org.br/index.php/noticias/pesquisa-revela-que-a-fome-avanca-no-brasil-e-atinge-331-milhoes-de-pessoas/> Consultado em 11 de jun.2023.

[https://www.brasildefato.com.br/2022/09/20/violencia-no-campo-cresceu-leia-os-dados-e-entenda-a-mentira-de-bolsonaro-em-discurso-na-onu#:~:text=De%20acordo%20com%20o%20relat%C3%B3rio,%20e%20quilombolas%20\(3\).](https://www.brasildefato.com.br/2022/09/20/violencia-no-campo-cresceu-leia-os-dados-e-entenda-a-mentira-de-bolsonaro-em-discurso-na-onu#:~:text=De%20acordo%20com%20o%20relat%C3%B3rio,%20e%20quilombolas%20(3).) Consultado em 12 de jun.2023.

<https://www.brasildefatopr.com.br/2021/03/01/critica-ao-legado-da-lava-jato>. Consultado em 12 de jun.2023.

<https://www.brasildefato.com.br/2016/10/05/esta-e-a-pec-da-morte-diz-presidente-do-conselho-nacional-de-saude-sobre-pec-241> Consultado em 19 de jun.2023.

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/impeachment-de-dilma-rousseff-marca-ano-de-2016-no-congresso-e-no-brasil> Consultado em 19 de jun.2023.

<https://www.institutoclaro.org.br/cidadania/nossas-novidades/reportagens/o-que-e-aporofobia-e-como-combatela/#:~:text=Aporofobia%20%C3%A9%20um%20termo%20criado,e%20suas%20implica%C3%A7%C3%B5es%20na%20democracia>. Consultado em 23 de jun.2023.